

**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**EDITAL**  
**XXVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO**  
**PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais, torna público o programa para as provas escritas preliminar e especializadas e para as provas orais do XXVIII Concurso para ingresso na classe inicial da carreira do Ministério Público:

**1. Banca de Direito Penal e de Direito Processual Penal**

**1.1. Direito Penal**

**Ponto nº 1**

- a) Conceito e características do Direito Penal. Histórico do Direito Penal Brasileiro. Fontes do Direito Penal. Interpretação e integração da lei penal. Analogia. Norma penal. Concurso de crimes. Ilícitude e causas de sua exclusão.
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra a paz pública.
- c) Crimes Militares. Contravenções Penais. Entorpecentes. Crimes tipificados no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503, de 1997).

**Ponto nº 2**

- a) Aplicação da lei penal. Lei penal no tempo e no espaço. Lei penal em relação às pessoas. Concurso aparente de normas. Concurso de pessoas. Culpabilidade e causas de sua exclusão.
- b) Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a Administração Pública.
- c) Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.137, de 1990 e Lei nº 8.078, de 1990). Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 6.938, de 1981 e Lei nº 9.605, de 1998). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003).

**Ponto nº 3**

- a) Princípios constitucionais penais. Fato típico. Classificação dos crimes.
- b) Crimes contra os costumes. Crimes contra a honra.
- c) Crimes de Imprensa (Lei nº 5.250, de 1967). Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003). Entorpecentes. Organizações criminosas (Lei nº 9.034, de 1995).

#### **Ponto nº 4**

- a) Ilicitude. Culpabilidade. Causas excludentes de ilicitude e de culpabilidade.
- b) Crimes contra a paz pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra o patrimônio.
- c) Entorpecentes. Crimes tipificados no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503, de 1997). Execução Penal (Lei nº 7.210, de 1984).

#### **Ponto nº 5**

- a) Fato típico. Penas. Medidas de segurança. Aplicação e execução. Efeitos da condenação. Reabilitação. Concurso aparente de normas.
- b) Crimes contra a pessoa. Crimes contra a liberdade sexual.
- c) Crimes tipificados no Decreto-lei nº 201, de 1967. Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990). Crimes previstos na Lei nº 9.434, de 1997.

#### **Ponto nº 6**

- a) Princípios constitucionais penais. Fato típico. Concurso de crimes. Erro.
- b) Crimes contra a fé pública. Crimes contra a família. Lesões corporais. Crimes contra a liberdade individual e pessoal. Crimes contra a honra.
- c) Crimes falimentares (Lei 11.101, de 2005). Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716, de 1989). Entorpecentes. Crimes previstos na Lei nº 9.029, de 1995. Crimes contra as pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 7.853, de 1989).

#### **Ponto nº 7**

- a) Punibilidade e causas de sua extinção. Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias. Erro. Concurso de pessoas.
- b) Crimes contra a administração pública. Crimes contra o patrimônio.
- c) Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003). Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807, de 1999). Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 1990).

#### **Ponto nº 8**

- a) Princípios constitucionais penais. Tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crimes omissivos e comissivos.
- b) Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a fé pública.
- c) Crimes de tortura (Lei nº 9.455, de 1997). Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 1990). Proteção a programas de computadores (Lei nº 9.609, de 1998). Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.078, de 1990 e Lei nº 8.137, de 1990).

### **Ponto nº 9**

- a) Princípios constitucionais penais. Concurso de crimes. Erro. Ilicitude e causas de exclusão.
- b) Crimes contra a honra. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra fé pública.
- c) Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990). Corrupção de menores (Lei nº 2.252, de 1954). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003).

### **Ponto nº 10**

- a) Relação de causalidade. Concurso de pessoas. Dolo e culpa. Consumação e tentativa.
- b) Crimes contra a vida. Lesões corporais. Crimes contra o patrimônio.
- c) Abuso de autoridade (Lei nº 4.898, de 1965). Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 1990). Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613, de 1998). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003).

## **1.2. Direito Processual Penal**

### **Ponto nº 1**

- a) Princípios do Processo Penal.
- b) Competência.
- c) Processo e procedimento.

### **Ponto nº 2**

- a) Inquérito Policial. Denúncia e arquivamento.
- b) Jurisdição e seus princípios.
- c) Procedimento comum.

### **Ponto nº 3**

- a) Outros procedimentos preparatórios da ação penal.
- b) Procedimentos especiais.
- c) Conexão e continência.

### **Ponto nº 4**

- a) Sistemas processuais penais e garantias constitucionais.
- b) Interrogatório e prova testemunhal. Oitiva do ofendido. Confissão.
- c) Procedimento nos crimes da competência do júri.

### **Ponto nº 5**

- a) Execução penal.
- b) Nulidades. Recursos.
- c) Procedimento no juizado especial criminal.

### **Ponto nº 6**

- a) Ação penal pública. Assistente do Ministério Público.
- b) Provas ilícitas. Interceptação telefônica.
- c) Princípio da correlação entre acusação e sentença. Aditamento da denúncia.

### **Ponto nº 7**

- a) Prisões cautelares.
- b) Exame de corpo de delito e perícias em geral. Prova indiciária e documental.
- c) Ação. Condições da ação. Pressupostos processuais.

### **Ponto nº 8**

- a) Ação penal privada. Ação civil *ex delicto*.
- b) Forma, lugar e tempo dos atos processuais.
- c) Atribuições do Ministério Público. Natureza jurídica. Conflito e dúvida de atribuições.

### **Ponto nº 9**

- a) Ações autônomas de impugnação.
- b) Medidas assecuratórias e exceções.
- c) Teoria geral da prova.

### **Ponto nº 10**

- a) *Habeas corpus*. Liberdade provisória. Revisão criminal.
- b) Apelação. Recurso em sentido estrito. Recursos constitucionais.
- c) Atos jurisdicionais. Sentença. *Emendatio libelli* e *mutatio libelli*.

## **2. Banca de Direito Civil e de Direito Processual Civil**

### **2.1. Direito Civil**

#### **Ponto nº 1**

- a) As fontes do direito. A norma jurídica. Estrutura, características e classificação das normas. Interpretação e integração das normas. Eficácia da norma. Obrigação: conceito e natureza jurídica. Estrutura da obrigação. Características e elementos. Fontes das obrigações. Classificação das obrigações. Obrigação de dar, de fazer, de não fazer, facultativas e alternativas.

- b) Teoria geral dos contratos. Elementos dos contratos. Classificação dos contratos. Compromisso irrevogável de compra e venda. Posse. Classificação e desdobramento da posse. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Composses. Do Estatuto da Terra. Do parcelamento do solo.
- c) A família no novo Código Civil e na Constituição da República. Direito pessoal. Casamento: noções gerais. Conceito. Natureza jurídica. Características. Finalidades. Princípios. Esponsais. Da sucessão em geral. Abertura da sucessão. Da herança e sua administração. Da vocação hereditária. Aceitação e renúncia. Herança jacente. Da petição de herança.

## **Ponto nº 2**

- a) Aplicação da lei no tempo e no espaço. Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657, de 1942). Disposições Finais e Transitórias do novo Código Civil. A relação jurídica. O direito subjetivo. Eficácia, limitações e proteção dos direitos subjetivos. Obrigação natural. Obrigação *propter rem*. Obrigação solidária e obrigação indivisível.
- b) Efeitos do contrato. Compra e venda. Propriedade. Aquisição e perda da propriedade. Usucapião. Registros públicos. Finalidade. Efeitos do registro público.
- c) Casamento. Formalidades preliminares. Habilitação. Requisitos e pressupostos matrimoniais. Procedimento. Impedimentos matrimoniais. Oposição dos impedimentos. Sucessão legítima. Sucessão dos descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro e colaterais. Sucessão do estado.

## **Ponto nº 3**

- a) Pessoa física. Capacidade, legitimação e estado. Incapacidade absoluta e relativa. Direitos da personalidade. Extinção das obrigações. Pagamento. Modalidades do pagamento. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Pagamento por consignação. Pagamento por consignação bancária. Pagamento por sub-rogação. Imputação em pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Confusão. Remissão.
- b) Doação. Empreitada e prestação de serviços. Da promessa de recompensa. Direito de vizinhança. Usucapião especial urbano. Registro civil das pessoas físicas. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003). Direitos fundamentais: direito à vida. Medidas de proteção ao idoso.
- c) Casamento. Capacidade para o casamento. Celebração e provas. Celebração do casamento. Assento de casamento. Casamento nuncupativo. Casamento por procuração. Provas do casamento. Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular. Direito de representação.

## **Ponto nº 4**

- a) Pessoas jurídicas. Domicílio. Os bens. Prestações, títulos e direitos. A empresa e o estabelecimento comercial. Patrimônio. Classificação dos bens. Benfeitorias. Conseqüências da inexecução das obrigações. Mora e inadimplemento. Juros legais e constitucionais. Juros moratórios e compensatórios. Perdas e danos. Danos emergentes. Lucros cessantes.

- b) Locação. Lei nº 8.245, de 1991. Do enriquecimento sem causa. Condomínio. Usucapião especial rural. Registro civil das pessoas jurídicas. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003). Direitos fundamentais: direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Medidas específicas de proteção ao idoso.
- c) Casamento. Efeitos jurídicos do casamento em geral. Direitos e deveres dos cônjuges. Regime de bens entre os cônjuges: conceito, natureza jurídica, características. Pacto antenupcial. Doações antenupciais. Bem de família legal e convencional. Formas de testamentos. Invalidez dos testamentos. Disposições testamentárias.

#### **Ponto nº 5**

- a) Aquisição, modificação e extinção dos direitos. Ato jurídico. Negócio jurídico. Classificação, elementos e interpretação dos negócios jurídicos. Representação. Cláusula penal. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito. Cessão de débito. Cessão de contrato.
- b) Transação. Compromisso. Cartão de crédito. Servidão. Usufruto. Uso e habitação. Registro de títulos e documentos. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003). Direitos fundamentais: alimentos. Política de atendimento ao idoso.
- c) Regime de bens entre os cônjuges. Regime da comunhão universal. Regime da comunhão parcial. Regime de participação final nos aqüestos. Regime da separação de bens: separação convencional e separação legal. Separação judicial e separação de fato. Separação judicial consensual. Separação judicial litigiosa. Separação de fato. Efeitos. Disposições conjuntas e direito de acrescer.

#### **Ponto nº 6**

- a) Elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo. Assunção de dívida. Empréstimo. Direitos reais de garantia. Penhor e hipoteca. Registro de Imóveis. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003). Direitos fundamentais: direito à saúde. Entidades de atendimento ao idoso.
- b) Divórcio: conceito e natureza jurídica. Formas de divórcio. Conversão da separação judicial em divórcio. Efeitos. Sucessão testamentária. Cláusulas restritivas.
- c) Direitos autorais (Lei nº 9.610, de 1998): obras intelectuais.

#### **Ponto nº 7**

- a) Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação, reserva mental e fraude contra credores. Mandato. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003). Direitos fundamentais: da educação, cultura, esporte e lazer. Fiscalização das entidades de atendimento ao idoso.
- b) União Estável: Leis nºs 8.971, de 1994 e 9.278, de 1996. Conceito. Características. Efeitos. Dissolução. Concubinato impuro. Relações de parentesco: conceito, espécies, linhas e graus. Efeitos legais.
- c) Legados. Aquisição e efeitos dos legados. Substituições. Fideicomisso. Direitos autorais: direitos do autor. Dos direitos do consumidor: direitos básicos do consumidor.

### **Ponto nº 8**

- a) Inexistência, invalidade e ineficácia dos negócios jurídicos: nulidade, anulabilidade e ineficácia. Direitos autorais (Lei nº 9.610, de 1998): contratos de direitos autorais; utilização de obras intelectuais e dos fonogramas.
- b) Contrato de transporte. Responsabilidade civil. Dos direitos do consumidor: da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003). Direitos fundamentais: da profissionalização e do trabalho.
- c) Filiação: filiação nas relações matrimoniais. Filiação nas relações extramatrimoniais. Investigação de paternidade (Lei nº 8.560, de 1992). Adoção: conceito. Adoção no novo Código Civil. Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Deserdação. Revogação de testamento. Caducidade de testamento.

### **Ponto nº 9**

- a) Ato ilícito. Responsabilidade civil. Seguro. Atos unilaterais: promessa de recompensa e gestão de negócios. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003). Direitos fundamentais: da previdência social e da assistência social.
- b) Poder familiar e tutela. Exercício do poder familiar. Efeitos do poder familiar. Suspensão e extinção do poder familiar. Tutela. Efeitos da tutela. Curatela e ausência: curatela. Noções gerais. Espécies de curatela. Ausência. Estatuto da Criança e do Adolescente: guarda, tutela e adoção.
- c) Petição de herança. Cessão de herança. Redução das disposições testamentárias. Revogação de testamento. Rompimento do testamento. Do testamentário. Direitos autorais (Lei nº 9.610, de 1998): direitos conexos. Dos direitos do consumidor (Lei nº 8.078, de 1990): das práticas comerciais.

### **Ponto nº 10**

- a) Prescrição e decadência. Fiança. Atos unilaterais: pagamento indevido e enriquecimento sem causa. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003). Direitos fundamentais: da habitação e do transporte.
- b) Alimentos. Prestação alimentícia: conceito, natureza jurídica, características e pressupostos. Alimentos provisionais: provisórios e definitivos (Lei nº 5.478, de 1968). Alimentos: revisão. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos fundamentais da criança e do adolescente.
- c) Inventário e Partilha. Sonegados. Pagamento de dívidas. Colação. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação da partilha. Direitos autorais (Lei nº 9.610, de 1998): as sanções civis às violações dos direitos autorais. Dos direitos do consumidor (Lei nº 8.078, de 1990): da proteção contratual.

## **2.2. Direito Processual Civil**

### **Ponto nº 1**

- a) Direito processual civil. Fontes do Direito Processual Civil Brasileiro. Jurisdição. Órgãos da função jurisdicional. Poder Judiciário. Organização judiciária. Funções não jurisdicionais do Poder Judiciário. Órgãos auxiliares da Justiça. O juiz. Competência.
- b) Recursos. Disposições gerais. Duplo grau obrigatório de jurisdição. Recursos em espécie.
- c) Execução por quantia certa contra devedor solvente. Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Execução para entrega de coisa. Remição. Embargos de terceiros.

### **Ponto nº 2**

- a) Ministério Público. Organização do Ministério Público da União e dos Estados. Atribuições do Ministério Público no processo civil. O advogado. Advocacia da União, dos Estados e dos Municípios. Assistência jurídica. Defensoria Pública.
- b) Apelação. Recurso especial. Recurso extraordinário. Embargos de divergência. Reclamação.
- c) Execução contra a Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Execução civil de sentença penal. Execução fiscal. Execução na ação civil pública.

### **Ponto nº 3**

- a) Ação. Espécies. Condições da ação. Individualização. Conexão e continência. Concurso e cumulação de ações. A ação como instrumento de acesso à Justiça.
- b) Agravo de instrumento e agravo retido nos autos. Embargos de declaração. Embargos infringentes. Recursos ordinários constitucionais. Ação rescisória.
- c) Providências cautelares. Ação cautelar. Processo cautelar. Disposições gerais. Procedimento cautelar comum.

### **Ponto nº 4**

- a) Processo. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Princípios informativos do processo e procedimento. Princípios processuais constitucionais. A instrumentalidade do processo e sua importância para o acesso à justiça.
- b) Tutelas coletivas.
- c) Arresto. Sequestro. Caução. Busca e apreensão. Exibição. Produção antecipada de prova. Alimentos provisionais. Arrolamento de bens. Atentado. Justificação. Ação monitoria.

### **Ponto nº 5**

- a) Partes. Capacidade e legitimação. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. A legitimação para as ações coletivas.
- b) Julgamento e ônus da prova. Regras de experiência e conceitos juridicamente indeterminados. Equivalentes Jurisdicionais.



- c) Juizado Especial Cível. Ação de consignação em pagamento. Ação de depósito. Ação de prestação de contas. Ações possessórias. Habilitação.

#### **Ponto nº 6**

- a) Objeto do processo. Mérito. Questões preliminares e questões prejudiciais. Fatos e atos processuais. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Prazos. Preclusão. Vícios dos atos processuais e suas conseqüências. Nulidades processuais.
- b) Ação civil pública. O inquérito civil. Compromisso de ajustamento de conduta. A defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- c) Ação de nunciação de obra nova. Ação de usucapião. Ação de usucapião especial. Ação de divisão e demarcação.

#### **Ponto nº 7**

- a) Processo de conhecimento. Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Procedimento sumário. Tutela antecipada.
- b) Execução forçada. Processo de execução. Ação executiva. Disposições gerais. Formação, suspensão e extinção do processo de execução. Títulos judiciais e extrajudiciais. Liquidação.
- c) Inventário e partilha. Arrolamento. Procedimentos relacionados com testamentos e codicilos. Herança jacente. Ação de alimentos. Separação judicial e divórcio. Ação de investigação de paternidade disciplinada na Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992. Ação de desapropriação. Ação de acidente de trabalho.

#### **Ponto nº 8**

- a) Petição inicial. Ajuizamento, distribuição e registro. Despacho liminar. Citação inicial.
- b) Sujeitos do processo de execução. As partes e o órgão judicial. Competência. Responsabilidade patrimonial. Fraude de execução. Execução das obrigações de fazer e de não fazer e de emitir declaração de vontade. Embargos do devedor.
- c) Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. *Habeas data*. Ação popular. Uniformização de jurisprudência.

#### **Ponto nº 9**

- a) Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de conciliação. As provas. Disposições gerais. As provas em espécie.
- b) Controle de constitucionalidade. Controle incidental de inconstitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação direta de constitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade por omissão.
- c) Ação civil pública. Ações relacionadas com a defesa do consumidor. Cidadania e Meio Ambiente. Procedimentos disciplinados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

## **Ponto nº 10**

- a) Audiência de instrução e julgamento. Sentença e coisa julgada.
- b) Novas tendências do Direito Processual. Escopos sociais, políticos e jurídicos.
- c) Jurisdição voluntária. Disposições gerais. Procedimento comum da jurisdição voluntária. Interdição. Tutela e curatela. Bens de ausentes. Procedimentos relacionados com registros públicos. Habilitação de casamento. Restauração de autos.

## **3. Banca de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais**

### **3.1. Direito Constitucional**

#### **Ponto nº 1**

- a) Conceitos e classificações das Constituições. Poder Constituinte: noção, modalidades, distinções e limites. Controle de constitucionalidade.
- b) Direitos e garantias fundamentais. Tutela dos interesses individuais e coletivos. Direitos políticos: cidadania e nacionalidade. Inabilitação. Ação de impugnação de mandato eletivo. Direitos sociais.
- c) Ordem social: princípios e regras. Seguridade social e reforma da previdência. Educação, cultura e desporto. O meio ambiente na Constituição.

#### **Ponto nº 2**

- a) O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. República. Presidencialismo e parlamentarismo. Sistemas eleitorais e partidos políticos.
- b) Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Comissões Parlamentares de Inquérito. O Ministério Público e suas funções institucionais.
- c) Direito de propriedade. Limitações e condições para o seu exercício. Função social da propriedade. Desapropriação. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária.

#### **Ponto nº 3**

- a) Interpretação e integração da Constituição. O papel dos princípios na interpretação constitucional. Princípios específicos de interpretação constitucional.
- b) Os Estados-membros na Federação brasileira. Competências exclusivas, comuns e concorrentes. As Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios. Definição e limites do Poder Constituinte dos Estados-membros. O princípio da simetria. O Distrito Federal. Controle de constitucionalidade.
- c) Ordem econômica e financeira. Princípios da ordem econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. Administração indireta. Descentralização administrativa.

#### **Ponto nº 4**

- a) Tipologia, eficácia e efetividade das normas constitucionais. Normatividade constitucional: fundamentos do Estado, princípios e regras. Disposições constitucionais transitórias: natureza e fins.
- b) Ações constitucionais. *Habeas corpus*. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. *Habeas data*. Mandado de injunção. O papel do Ministério Público em cada uma das ações constitucionais.
- c) Poder Judiciário. Garantias dos Juizes. Incompatibilidades. Tribunais e respectivas competências. O exercício de funções legislativas e administrativas por órgãos do Poder Judiciário. Sistemas de jurisdição: única e dúplice. Recursos ordinário, especial e extraordinário.

#### **Ponto nº 5**

- a) O princípio da supremacia da Constituição. O controle da constitucionalidade dos atos normativos no Brasil. O controle jurisdicional difuso e incidental. O controle jurisdicional concentrado e abstrato. O princípio da reserva de plenário. A ação direta de inconstitucionalidade por omissão. A ação declaratória de constitucionalidade. A arguição de descumprimento de preceito fundamental. O devido processo legal e o princípio da proporcionalidade. Lei nº 9.868, de 1999 e Lei nº 9.882, de 1999.
- b) Organização político-administrativa do Estado Brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas, legislativas e tributárias.
- c) Finanças Públicas. Orçamento. Princípios constitucionais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas da União e dos Estados: competências. Empréstimos externos. Responsabilidade fiscal e Lei Complementar nº 101/00. Autonomia financeira do Ministério Público.

#### **Ponto nº 6**

- a) Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limites ao poder de reforma: procedimentais, materiais, circunstanciais e temporais. A mutação constitucional. Controle de constitucionalidade.
- b) Autonomia dos entes federativos: significado e limites. Autonomia do Ministério Público. Intervenção federal e estadual. Mecanismos de integração e cooperação federativos: regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- c) Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. Delegações legislativas. Medidas provisórias.

#### **Ponto nº 7**

- a) Princípios e regras de regência da Administração Pública na Constituição Federal. Improbidade Administrativa na Constituição Federal e na Lei nº 8.429, de 1992. Órgãos públicos: definições constitucionais. Entidades da Administração Pública Indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) O Município na Constituição Federal. Princípios de organização e competências municipais. Direitos e deveres dos vereadores. Lei Orgânica do Município.

- c) Sistema Tributário Nacional. Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Limitações constitucionais ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade.

#### **Ponto nº 8**

- a) Ação direta de inconstitucionalidade: aspectos processuais específicos. A medida cautelar e a suspensão liminar. Efeitos da decisão provisória e definitiva na ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual. O devido processo legal e o princípio da proporcionalidade.
- b) Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos. Responsabilidade do Presidente da República, dos Governadores, dos Prefeitos, dos Ministros de Estado e dos Secretários estaduais e municipais. O processo de impedimento nos três níveis. Vacância do cargo. Reeleição. Inabilitação. Inelegibilidades na Constituição.
- c) Funções essenciais à Justiça. O Ministério Público: princípios institucionais e atribuições. Garantias de seus membros e incompatibilidades. Defensoria Pública. Advocacia Geral da União e Procuradorias dos Estados e Municípios. Advocacia privada.

#### **Ponto nº 9**

- a) Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da Administração Pública. Direitos e deveres dos parlamentares. Comissões Parlamentares de Inquérito: objeto, poderes e limites.
- b) Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do regime constitucional anterior. Disposições gerais e transitórias.
- c) Competências originárias e recursais dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Superiores. Juizados Especiais. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Súmula de jurisprudência. Efeito vinculante. Controle de constitucionalidade.

#### **Ponto nº 10**

- a) Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. As medidas provisórias. Processo legislativo estadual.
- b) Princípios constitucionais da Administração Pública. Acesso aos cargos e empregos públicos. Cargos efetivos e comissionados. Regimes jurídicos dos servidores públicos. Regime previdenciário. Acumulação. Limite máximo de remuneração. Aposentadoria. Licitação. Improbidade Administrativa na Constituição Federal e na Lei nº 8.429, de 1992.
- c) Defesa do Estado e do regime democrático. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Controle parlamentar e jurisdicional. Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Civil,

Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Competências. Funções institucionais do Ministério Público.

### **3.2. Direito Administrativo**

#### **Ponto nº 1**

- a) Serviços públicos: concessão, permissão e outras formas de parceria. Princípios. Taxa. Tarifa.
- b) Responsabilidade extracontratual do Estado.
- c) Anulação e revogação: ato administrativo e contrato administrativo.

#### **Ponto nº 2**

- a) Poder de polícia. Características e fundamentos. Exercício estatal das prerrogativas de polícia.
- b) Empresas públicas e sociedades de economia mista. Empresas com participação do Estado.
- c) Controle administrativo e judicial do ato administrativo. Espécies de controle. Controle de atos normativos. Mandado de segurança.

#### **Ponto nº 3**

- a) Fundações públicas. Modalidades e regime jurídico. Ação civil pública.
- b) Ato administrativo. Poderes administrativos.
- c) Prescrição e decadência no Direito Administrativo. Prerrogativas processuais da administração em juízo.

#### **Ponto nº 4**

- a) Contrato administrativo e contrato privado da Administração Pública.
- b) Regulamento. Controle judicial dos regulamentos.
- c) Processo administrativo. Recursos administrativos. Ação popular.

#### **Ponto nº 5**

- a) Licitação. Princípios, fundamentos, modalidades e procedimentos.
- b) Elementos do ato administrativo. Vícios do ato. Revisão.
- c) Funções estatais. Função administrativa. Princípios da Administração Pública

#### **Ponto nº 6**

- a) Agentes e servidores públicos. Regimes jurídicos.
- b) Discricionariedade. Limites e controle. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) e Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 1992).
- c) Ação popular, ação civil pública e *habeas data*.

### **Ponto nº 7**

- a) Responsabilidade extracontratual do Estado.
- b) Administração direta e autárquica. Agências reguladoras. Atuação do Estado na economia.
- c) Inconstitucionalidade por ação e por omissão. Instrumentos de jurisdição constitucional.

### **Ponto nº 8**

- a) Bens públicos. Servidão administrativa. Limitações administrativas.
- b) Mandado de segurança individual e coletivo.
- c) Contratos administrativos. Características. Modalidades. Formalização, execução e inexecução.

### **Ponto nº 9**

- a) Controle da Administração Pública.
- b) Função social da propriedade. Desapropriação.
- c) Direito adquirido e ato jurídico perfeito. Limites à autotutela.

### **Ponto nº 10**

- a) Ato administrativo
- b) Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação.
- c) Interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos. Ação civil pública.

## **3.3. Princípios Institucionais do Ministério Público**

### **Ponto nº 1**

- a) Evolução histórica do Ministério Público. O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização básica e atribuições.
- b) Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Ouvidoria.
- c) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público. Cidadania, meio ambiente, consumidor, idoso e infância e juventude.

### **Ponto nº 2**

- a) Atribuições eleitorais e organização do Ministério Público.
- b) O Ministério Público e o processo civil coletivo. O Ministério Público no contexto dos Poderes Políticos. Papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito.
- c) Iniciativa, competência legislativa e emendas parlamentares. As Leis Orgânicas do Ministério Público: Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei nº 8.625, de 1993, Lei Orgânica do Ministério Público da União – Lei Complementar Federal nº 75, de 1993, e Lei Complementar Estadual nº 106, de 2003.

### **Ponto nº 3**

- a) Os membros do Ministério Público como agentes públicos: garantias, direitos, prerrogativas, deveres, vedações e impedimentos.
- b) Regime disciplinar: órgãos correccionais, processo disciplinar e sanções. Responsabilidade civil, penal, política e funcional dos membros do Ministério Público.
- c) Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as instituições controladas.

### **Ponto nº 4**

- a) A atuação judicial e extrajudicial do Ministério Público. Órgão agente e órgão interveniente. Atribuições: declaração, dúvida e conflito.
- b) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público. Cidadania, meio ambiente, consumidor, idoso e infância e juventude.
- c) Investigação pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais.

### **Ponto nº 5**

- a) Órgãos administrativos e de execução: denominação, composição, provimento, atribuições e extinção.
- b) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público. Cidadania, meio ambiente, consumidor, idoso e infância e juventude. Ações e serviços de saúde: relevância pública, controle social do Sistema Único de Saúde, recursos orçamentários vinculados, Emenda Constitucional nº 29, de 2000 e Leis nºs 8.080, de 1990 e 8.142, de 1990.
- c) Regime disciplinar: órgãos correccionais, processo disciplinar e sanções.

### **Ponto nº 6**

- a) O Ministério Público como órgão agente e órgão interveniente. Atribuições: declaração, conflito e dúvida. Princípio do Promotor Natural.
- b) Investigação pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais. Inquérito policial. Arquivamento e desarquivamento. O Ministério Público no processo penal.
- c) Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as instituições controladas.

### **Ponto nº 7**

- a) Atribuições eleitorais e organização do Ministério Público. Papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito.

- b) O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização básica e atribuições. Regime Jurídico dos membros do Ministério Público.
- c) Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e extinção. O Ministério Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **Ponto nº 8**

- a) Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e extinção. Promotor *ad hoc*.
- b) O Ministério Público e a Proteção dos direitos humanos: planos nacional e internacional. Controle externo da atividade policial.
- c) Instrumentos de controle da Administração Pública. Responsabilização dos agentes públicos. O Ministério Público e o Tribunal de Contas. Inquérito civil e ação civil pública.

#### **Ponto nº 9**

- a) Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e extinção. Regime jurídico dos membros do Ministério Público.
- b) Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público. Cidadania, meio ambiente, consumidor, idoso e infância e juventude. Assistência à saúde na Constituição da República e nas Leis nºs 8.080, de 1990 e 8.142, de 1990: princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.
- c) Inquérito policial. Arquivamento e desarquivamento. O Ministério Público no processo penal.

#### **Ponto nº 10**

- a) Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e extinção.
- b) Conselho Nacional do Ministério Público: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as instituições controladas.
- c) Os membros do Ministério Público como agentes públicos; responsabilidade civil, penal, política e funcional. Garantias, direitos, prerrogativas, deveres, vedações e impedimentos.

### **4. Banca de Direito Empresarial, Direito Tributário e Direito Eleitoral**

#### **4.1. Direito Empresarial**

##### **Ponto nº 1**

- a) Teoria dos atos de comércio. Teoria da empresa.
- b) Sociedades limitadas.
- c) Pedido de falência. Impontualidade e atos de falência.



## Ponto nº 2

- a) Empresário individual. Contrato de arrendamento mercantil (*leasing*). Contrato de alienação fiduciária em garantia.
- b) Estabelecimento empresarial. Sociedades anônimas.
- c) Ministério Público no processo de insolvência empresarial (falências e recuperação de empresas). Sentença de falência.

## Ponto nº 3

- a) Letra de câmbio. Nota promissória.
- b) Responsabilidade do administrador da sociedade limitada e sociedade anônima. Contrato de faturização (*factoring*). Contrato de desconto bancário. Contrato de abertura de crédito em conta corrente.
- c) Habilitação, verificação e classificação de crédito na falência.

## Ponto nº 4

- a) Protesto. Ações cambiais. Ação de locupletamento. Títulos de crédito virtuais. Sistema de infra-estrutura de chaves públicas – ICP Brasil.
- b) Direito de retirada. Exclusão de sócio. Apuração de haveres. Contrato de cartão de crédito.
- c) Efeitos da falência quanto à pessoa do falido. Agentes da falência: Ministério Público. Juízo. Administrador. Credores. Comitê e Assembléia de Credores.

## Ponto nº 5

- a) Teoria geral dos títulos de crédito.
- b) Sociedades controladoras e controladas (*holdings*). Sociedades coligadas. Grupos de sociedades. Consórcios de sociedades. Sociedades de propósito específico. Sociedades *Off Shores*.
- c) Efeitos da falência em relação aos bens do falido. Pedido de restituição. Embargos de terceiros.

## Ponto nº 6

- a) Princípios e atributos de direito cambiário.
- b) Interesses transindividuais societários.
- c) Efeitos da falência quanto aos contratos do falido. R.A.E.T. - Regime de Administração Especial Temporária. Intervenção e liquidação extrajudicial.

## Ponto nº 7

- a) Sociedades simples e empresárias. Sociedades cooperativas. Sistema nacional de registro das sociedades. Juntas comerciais e registros civis de pessoas jurídicas.
- b) Sociedades limitadas. Desconsideração da personalidade jurídica.

- c) Ação revocatória. Inquérito civil. Apuração dos crimes falimentares e de recuperação de empresas: formas de investigação e procedimento judicial.

#### **Ponto nº 8**

- a) Teoria geral do direito societário. Sociedade em conta de participação. Sociedade em comum. Desconsideração da personalidade jurídica.
- b) Função social da empresa. Governança corporativa e poupança popular. Sociedades anônimas.
- c) Realização do ativo e liquidação do passivo na falência. Sentença de encerramento e sentença de reabilitação na falência.

#### **Ponto nº 9**

- a) Cheque. Duplicata. Cédula de crédito bancário.
- b) R.A.E.T. - Regime de Administração Especial Temporária. Intervenção e Liquidação Extrajudicial.
- c) Recuperação de empresas.

#### **Ponto nº 10**

- a) Contrato de trespasse de estabelecimento empresarial. Contrato de franquia empresarial.
- b) Endosso. Aceite. Aval.
- c) Recuperação de empresas.

### **4.2. Direito Tributário**

#### **Ponto nº 1**

- a) Poder de tributar. Competência tributária. Tributos do Sistema Tributário Nacional.
- b) Competência tributária dos Estados e Municípios.
- c) Fraude, elisão, evasão e sonegação fiscal contra a Fazenda Pública.

#### **Ponto nº 2**

- a) Princípio da legalidade tributária.
- b) Impostos diretos e indiretos.
- c) Execução contra a Fazenda Pública.

#### **Ponto nº 3**

- a) Princípios da irretroatividade e da anterioridade da lei.
- b) Impostos reais e pessoais.
- c) Execução fiscal e embargos.

#### **Ponto nº 4**

- a) Imunidade tributária, isenção tributária e não incidência tributária; alíquota zero.
- b) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação.
- c) Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Dívida ativa tributária. Concurso fiscal de preferência.

#### **Ponto nº 5**

- a) Princípios da capacidade contributiva e da “personalização” do imposto.
- b) Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.
- c) Obrigação tributária: sujeito ativo e passivo.

#### **Ponto nº 6**

- a) Princípio da igualdade tributária.
- b) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- c) Taxas.

#### **Ponto nº 7**

- a) Princípios da vedação ao confisco e da livre circulação.
- b) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- c) Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária.

#### **Ponto nº 8**

- a) Responsabilidade por substituição tributária.
- b) Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- c) Empréstimo compulsório. Contribuições de melhoria. Contribuições especiais.

#### **Ponto nº 9**

- a) Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações.
- b) Imposto sobre a transmissão de bens imóveis.
- c) Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Modalidades de extinção do crédito tributário. Decadência e prescrição do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário.

#### **Ponto nº 10**

- a) Ação anulatória de débito fiscal e ação declaratória.
- b) Pagamento e repetição do indébito tributário.
- c) Processo judicial tributário: Mandado de Segurança, Ação de Consignação em Pagamento e Medidas Cautelares.

### **4.3. Direito Eleitoral**

#### **Ponto nº 1**

- a) Domicílio eleitoral. Registro de candidaturas: requerimento e impugnação.
- b) Direitos Políticos: aquisição, perda e suspensão. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade e incompatibilidades. Inabilitação.
- c) Legislação Eleitoral: princípios, forma e competência legislativa. Lei nº 9.504, de 1997.

#### **Ponto nº 2**

- a) Circunscrições eleitorais. Órgãos da Justiça Eleitoral: competência, composição e escalonamento hierárquico. Servidores da Justiça Eleitoral.
- b) O procedimento eletivo e suas diferentes fases. Normas de regência: constitucionais, legais e regulamentares.
- c) Consulta e poder normativo. Organização do eleitorado. Urnas eletrônicas. Sistema informatizado de votação eletrônica. Sistema tradicional: votação manual e apuração dos votos.

#### **Ponto nº 3**

- a) O Ministério Público no plano eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- b) Crimes eleitorais e Processo Penal Eleitoral.
- c) Direitos Políticos: aquisição, perda e suspensão. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade e incompatibilidades. Inabilitação.

#### **Ponto nº 4**

- a) Partidos políticos: normatização de regência, organização, funcionamento, direitos e deveres.
- b) Filiação partidária. Propaganda eleitoral, política e partidária. Direito de resposta. Representação eleitoral (art. 96, da Lei nº 9.504, de 1997).
- c) Ação de impugnação ao registro. Ação de impugnação de mandato eletivo. Investigação Judicial Eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação rescisória eleitoral.

#### **Ponto nº 5**

- a) O Ministério Público no Plano Eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- b) Abuso do poder nas eleições, corrupção e fraude. Transporte de eleitores. Captação ilícita de votos.
- c) Evolução do Direito Eleitoral no Brasil. Influência das esferas penal, cível e administrativa no plano eleitoral.

### **Ponto nº 6**

- a) Prazos, competência, legitimidade e recursos em matéria eleitoral.
- b) Crimes eleitorais e Processo Penal Eleitoral.
- c) Registro de candidaturas: requerimento e impugnação. Filiação partidária. Propaganda eleitoral, política e partidária. Direito de resposta. Representação Eleitoral (art. 96, da Lei nº 9.504, de 1997).

### **Ponto nº 7**

- a) Legislação eleitoral básica: Código Eleitoral, Lei Complementar nº 64/90, Lei nº 9.504, de 1997, Lei nº 9.096, de 1995 e Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.
- b) Sufrágio. Voto. Sistema de apuração eletrônica. Captação ilícita de votos. Influência das esferas penal, cível e administrativa no plano eleitoral.
- c) Investigações realizadas pelo Ministério Público, regime disciplinar dos Promotores Eleitorais. Conflito de atribuições.

### **Ponto nº 8**

- a) Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Atos de Improbidade Administrativa. Abuso de poder. Multas eleitorais: cominação, aplicação e execução.
- b) O Ministério Público no plano eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- c) Ação penal. Perda do mandato eletivo. Imunidades. Foro por prerrogativa de função.

### **Ponto nº 9**

- a) Sistemas majoritário e proporcional. Quocientes eleitoral e partidário. Nulidades no procedimento eletivo.
- b) Captação ilícita de votos. Ação de impugnação ao registro. Ação de impugnação de mandato eletivo. Investigação Judicial Eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação rescisória eleitoral.
- c) Eleição, plebiscito e referendo: características essenciais e fiscalização.

### **Ponto nº 10**

- a) Abuso de poder nas eleições: caracterização e meios de coibição. Democracia direta, indireta e semidireta.
- b) Partidos políticos: normatização de regência, organização, funcionamento, direitos e deveres. Domicílio eleitoral. Registro de candidaturas: requerimento e impugnação.
- c) Recursos em matéria eleitoral. Processo Penal Eleitoral. Representação eleitoral (art. 96 da Lei nº 9.504, de 1997).